

II SIMPCONT

Recife, 25 e 26 de agosto de 2017.

PRÁTICAS DE AUDITORIA INTERNA EM UMA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DA PARAÍBA SOB AS PERSPECTIVAS DO COSO II

Priscila da Silva Máximo

Universidade Federal da Paraíba
priscila_maximo1@hotmail.com

Vera Lucia Cruz

Universidade Federal da Paraíba
veralc22@hotmail.com

Ramon Rodrigues dos Santos

Universidade Federal da Paraíba
ramonrdgs@gmail.com

Geraldo Joaquim da Silva Neto

Universidade Federal da Paraíba
geraldojneto@gmail.com

Rodrigo José Guerra Leone

Universidade Potiguar
rodrigo.leone@gestorfp.com.br

Linha Temática: Controladoria no Setor Privado

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo identificar as práticas de auditoria interna sob as perspectivas do modelo conceitual COSO II em um fundo de pensão no estado da Paraíba. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se um estudo de caso junto à aplicação de um questionário ao corpo técnico responsável pela entidade. Os dados foram tabulados e colocados de forma percentual de acordo com as respostas obtidas, em que 100% corresponde a frequência máxima. Em seguida, foram elaborados tabelas e quadros para demonstrar os resultados analisados. De acordo com as análises realizadas, os controles internos, assim como os procedimentos de auditoria estão em conformidade de forma parcial com os oito componentes do COSO II – ambiente interno, definição dos objetivos, identificação dos eventos, avaliação de riscos, resposta ao risco, atividade de controle, informação e comunicação e, atividade de monitoramento, tendo em vista que foi constatado que alguns componentes (ambiente interno, fixação dos objetivos e atividades de controle) não se identificam em sua totalidade nas práticas de auditoria interna. O estudo concluiu que, existe a necessidade de melhoria nos controles, tendo em vista o ramo de atividade que a entidade atua e o controle e gerenciamento dos recursos de terceiros que são responsáveis por guardar e investir, buscando garantir a aposentadoria dos participantes do plano.

Palavras chave: Controle Interno; Fundos de Pensão; COSO II.

1. INTRODUÇÃO

Os fundos de pensão são entidades civis sem fins lucrativos, acessíveis a grupos específicos de trabalhadores, empregados por empresas denominadas Patrocinadoras, ou associados de entidades representativas de classe, denominadas instituidoras. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - ABRAPP, 2010).

Essas entidades têm um comprometimento com seus participantes e com os seus patrocinadores, isto é, são responsáveis por recursos de terceiros, pois eles precisam ter a confiança que a entidade irá prover os seus benefícios futuros. Sendo assim, se faz necessário manter a credibilidade e sua gestão precisa ser, transparente, prudente e gerir o risco, a fim de honrarem seu compromisso junto aos seus participantes.

Com o objetivo de estabelecer às Empresas Fechadas de Previdência Complementar – EFPC - a obrigatoriedade de implementar regras e práticas de governança corporativa, gestão e controles internos o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) publicou a Resolução Nº 13 em 1º de outubro de 2004. Essa lei enfatiza obrigatoriedade das EFPC de programarem a gestão dos riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da Entidade e traz a obrigatoriedade de algumas práticas a serem realizadas pelas EFPC, porém não estabelece um modelo a ser adotado por essas entidades para realização da gestão dos riscos e controles internos.

Angoti (2015) explica que para garantir transparência e segurança aos seus participantes, as entidades necessitam em sua gestão de controles internos gerenciais a fim de possibilitar um modelo organizacional que identifique e trate os riscos e para garantir essa transparência é necessário direcionar o foco da gestão em princípios de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos.

Para Almeida (2012, p.50):

O controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Ainda citando o autor, Almeida (2012, p. 57) diz que de nada serve a implementação de um excelente sistema de controle interno se não houver uma verificação periódica dos cumprimentos do que foi determinado no sistema pelo funcionário, ou se não deveria adaptar o sistema às novas circunstâncias, funções estas desenvolvidas pela Auditoria Interna.

Dessa forma, a presente pesquisa buscou analisar as práticas de auditoria interna em observância ao modelo adotado pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission –COSO*, denominado ERM-Estrutura Integrada-Volume II, que traz em sua estrutura o conceito para controles internos e emitiu um relatório base, com o qual as empresas podem avaliar e melhorar seus sistemas de controle através de oito componentes de gerenciamento de riscos que abrangem: Ambiente Interno, Definição de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Risco, Resposta a Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento.

Em complemento, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão expostas a riscos inerentes ao seu negócio e às características de suas operações, havendo a necessidade de realizar a gestão dos riscos de forma integrada, e aprimorar continuamente seu sistema de controle interno de modo a operar com razoável segurança.

Para Bargieri (2004, p.1):

II SIMPCONT

Recife, 25 e 26 de agosto de 2017.

A implementação de controles internos pelas entidades fechadas de previdência complementar - também conhecida como fundos de pensão - devem ser feita visando a garantir a segurança da situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios, assegurar o acesso dos participantes e assistidos às informações referentes à administração dos planos e proteger os interesses desses mesmos participantes e assistidos. Tais controles devem, pois, ser capazes de identificar, avaliar, controlar e monitorar permanentemente os principais riscos à consecução desses objetivos.

Diante do exposto, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: **Como as práticas de auditoria interna de um EFPC estão alinhadas as perspectivas do COSO II?** Para alcançar este problema, este estudo tem como objetivo apresentar as práticas de auditoria interna de uma EFPC em relação ao COSO II, buscando pesquisar as práticas de auditoria interna em relação ao COSO II, apontar os procedimentos que estão em consonância com o modelo COSO II e relacionar os procedimentos que estão em desacordo com o modelo COSO II.

O relatório trimestral apresentado em março de 2016 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC – mostra o Brasil com aproximadamente 307 Entidade Fechadas de Previdência Complementar, somando ativos no valor aproximado de R\$ 750 milhões.

O livro Técnico da Abrapp (2015, p. 227) relata que:

À medida que o sistema de Previdência Complementar Fechada evolui, evidencia-se a necessidade de aperfeiçoamento de seus instrumentos de gestão, principalmente no âmbito de controle e monitoramento dos riscos associados, pois as mudanças ocorridas no cenário econômico atual têm trazido desafios que exigem dos técnicos e gestores envolvidos no sistema não só o aprofundamento de seus conhecimentos, mas também a ampliação destes conhecimentos.

Assim como qualquer instituição, os Fundos de Pensão precisam de informações tempestivas e reais. Sendo também necessário que haja uma integralização das áreas no intuito de auxiliar a gestão empresarial na tomada de decisões.

Para Deus (2014, p. 25):

Embora divirjam das empresas comerciais e das instituições financeiras em relação aos seus fins, os Fundos de Pensão, pelo significativo papel social que possuem, bem como diante de sua capacidade de estimular a poupança interna e os investimentos de longo prazo através de suas atividades meio, ocupam um papel importante na economia do país.

Esse estudo justifica-se a partir do momento que se observa a necessidade do segmento da Entidade e de se obter uma gestão integrada com a auditoria interna, assim como um controle interno adequado a gerenciar os riscos inerentes e a estrutura Integrada do COSO II vem sendo adotado para a implementação do gerenciamento de riscos em organizações de todo o mundo, servindo de base para se verificar quais as melhores práticas de controle interno. Além de contribuir para futuras pesquisas relacionadas ao tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 As Entidades Fechadas de Previdência Complementar

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar são sociedades sem fins lucrativos, organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil, acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados,

II SIMPCONT

Recife, 25 e 26 de agosto de 2017.

do Distrito Federal e dos Municípios, ou aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional classista ou setorial, que oferecem planos de renda previdenciária complementar à Previdência Social nas formas previstas pela Lei Complementar nº 109/2001. (PINHEIRO, 2007)

A referida Lei Complementar 109/2001 define as EFPC como:

Art. 31. As entidades fechadas são aquelas acessíveis, na forma regulamentada pelo órgão regulador e fiscalizador, exclusivamente:

I - aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entes denominados patrocinadores; e

II - aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, denominadas instituidoras.

A Previc (2011, p. 22) afirma que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conhecidos como Fundos de Pensão são regulados e fiscalizados, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. Para a ABRAPP:

Os fundos de pensão constituem extraordinário instrumento de valorização do trabalho de que dispõem as empresas. Ao participarem do custeio dos planos de benefícios, elas demonstram sua preocupação com a reprodução da força de trabalho, com a proteção dos trabalhadores cujas energias foram consumidas pelo processo produtivo e com a manutenção do mercado consumidor interno do País. (ABRAPP, 2015, p.12)

A Previc (2011, p. 22) diz que os Fundos de Pensão devem apresentar uma estrutura mínima, integrados por um Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva, como demonstrada na Figura 1.



Figura 1 - Estrutura mínima de organização de uma EFPC
Fonte: Secretaria de Políticas de Previdência Complementar (2011, p.14).

Ainda de acordo com a Previc (2011, p. 24) os planos de benefícios oferecidos pelas entidades fechadas de previdência complementar são dispostos sobre forma de financiamento e pagamento, existindo assim três modalidades: Benefício Definido – BD, onde a contribuição varia ao longo dos anos para garantir o valor do benefício, Contribuição Definida – CD, que são planos de poupança individual com contribuições previamente definidas e depositadas pela empresa e pelo participante, o valor a receber na aposentadoria dependerá do montante

depositado e da rentabilidade obtida através da aplicação financeira e Contribuição Variável – CV que consiste na junção das duas modalidades anteriores.

O Regime de Previdência Complementar, o qual os fundos de pensão estão inseridos operam com o regime de capitalização que pressupõe a acumulação de recursos para o pagamento dos benefícios. Destaco a importância do segmento dos fundos de pensão, por movimentar ativos financeiros da ordem de 750 milhões de reais, (PREVIC, 2016) previdência oficial, o governo, como responsável pela regulação e fiscalização do setor, vem desenvolvendo constante normativo legal e institucional para os fundos de pensão.

Ainda sobre os normativos direcionados aos fundos de pensão, destacam-se as Leis Complementares nº 108/01 e nº 109/01 que estabelece às entidades, a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, definem as diretrizes para a estrutura de Conselhos e Diretoria Executiva, as responsabilidades e competências dos administradores como fiscalização, intervenção e punição, sendo a de nº 108/01 específica para entidades fechadas de previdência complementar. A Resolução CMN nº 4.725 de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrativos pelos fundos de pensão. A Resolução CNPC nº. 08 de 31 de outubro de 2011, que estabelece os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Evidencia-se que as responsabilidades dos agentes internos, Conselhos e Diretorias, em especial o departamento de Auditoria Interna, aumentaram consideravelmente com a adoção desses instrumentos normativos, o que traz como consequência inevitável à necessidade de controles eficientes e permanentes na gestão dos fundos de pensão.

2.2 COSO

O COSO é uma entidade sem fins lucrativos que promove o estudo da melhoria dos resultados e relatórios financeiros por meio da ética e efetividade dos controles internos para que sejam atingidos os objetivos da empresa (ZORZO, 2013).

No que se referem a sua formação, os membros do COSO são formados pelo Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (*American Institute of Certified Public Accountants*), a Associação Americana de Contadores (*American Accounting Association*), os Executivos Financeiros Internacionais (*Financial Executives International*), o Instituto de Contadores Administrativos (*Institute of Management Accountants*) e o Instituto de Auditores Internos (*Institute of Internal Auditors*). Essa organização foi formada em 1985 para estudar fatores que pudessem levar a relatórios financeiros fraudulentos e elaborar recomendações para evitá-los (STUART, 2014).

O fortalecimento das práticas emendas pelo COSO se deu em virtude de vários escândalos e quebras de grandes negócios. Esses fatos, geraram insegurança no que se refere a confiabilidade das informações que são geradas pelas empresas. Dessa forma, o COSO que já tinha desenvolvido o COSO I, ampliou seus estudos desenvolvendo informações adicionais para ser utilizada pelas organizações com o intuito de avaliar e melhorar o próprio gerenciamento de riscos. O resultado foi à publicação, em 2004, do modelo *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada), também conhecida como COSO ERM ou COSO II (CARVALHO NETO, 2010).

O COSO II é representado por uma figura em forma de cubo, que mostra as quatro categorias de objetivos (estratégicos, operacionais, de comunicação e conformidade), estão representadas nas colunas verticais, os oito componentes nas linhas horizontais e as unidades de uma organização na terceira dimensão. Essa representação ilustra a capacidade de manter o enfoque do gerenciamento de riscos de uma organização, ou na categoria de objetivos,

II SIMPCONT

Recife, 25 e 26 de agosto de 2017.

componentes, unidade da organização ou qualquer um dos subconjuntos. (COSO, 2007, p.7). Esse modelo está representado na Figura 2.



Figura 2 - Método utilizado pelo COSO II
Fonte: COSO (2004, p.7).

A estrutura da figura 2 de controles internos proposta pelo COSO, ou por uma estrutura similar, permite que sejam atendidos os requisitos da seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*. Segundo esta seção, o auditor independente deve preencher um relatório que ateste sua garantia sobre a eficácia de seus controles e procedimentos internos para a emissão de relatórios financeiros.

Sem uma estrutura como essa a empresa ou o auditor não terá critérios para comparar a eficácia de seus controles internos (DELOITTE, 2007).

O documento proposto por COSO II estrutura-se em oito componentes: Ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de risco, resposta ao risco, atividades de controle, informação e comunicação, e monitoramento. Esses componentes são conceituados de acordo com o COSO -Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada. No Quadro 1 são apresentados um resumo com seus conceitos.

Quadro 1 - Resumo dos Oito Componentes do COSO II

Componente	Conceito
Ambiente Interno	O ambiente interno corresponde ao conjunto de uma organização e estabelece a base para identificação dos riscos, incluindo a filosofia de gerenciamento de riscos, integridade e valores éticos, além do ambiente em que estão.
Fixação de objetivos	A administração requer que os objetivos sejam estabelecidos antes da identificação dos eventos e estabelece que os objetivos propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da entidade sendo compatíveis com o seu apetite a riscos.
Identificação de eventos	A identificação de eventos internos e externos que influenciam os objetivos da entidade devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades.
Avaliação de risco	Toda entidade enfrenta vários riscos. Risco é a probabilidade que um evento ocorra e que afeta a integridade dos objetivos da entidade. A avaliação de risco é um processo de identificação e avaliação dos riscos que afetam à realização dos objetivos da organização.
Resposta ao risco	A resposta ao risco é um procedimento que a administração faz para evitar ou reduzir os riscos.
Atividades de controle	Atividades de controle são procedimentos para que a resposta ao risco seja executada com eficácia.
Informação e comunicação	As informações devem ser identificadas no tempo hábil para permitir suas responsabilidades. A comunicação é o processo que proporciona informações necessárias a entidade.

Monitoramento	As atividades de monitoramento são realizadas através de atividades gerenciais contínua ou avaliações independentes ou de ambas as formas.
---------------	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Evidencia-se que o COSO II nasceu da necessidade de gerenciamento de riscos corporativos dos oito componentes que estão alinhados com os seus quatro objetivos, e as atividades, são consideradas em todos os níveis da organização gerando assim a possibilidade de um processo mais sólido na tomada de decisão das empresas.

3. METODOLOGIA

3.1 Procedimentos Metodológicos

A coleta de dados foi realizada através de um questionário, com o objetivo de identificar quais práticas do COSO II estão alinhadas às práticas de auditoria interna em uma EFPC. O questionário foi realizado através de visita à entidade pela pesquisadora, onde o mesmo foi elaborado através de revisão de literatura e tomando como base alguns questionários já aplicados em artigos onde se desejou identificar procedimentos nas empresas com base na metodologia COSO II. Para McDaniel e Gates (2006, p.322) questionário “é um conjunto de perguntas destinadas a gerar dados necessários para atingir os objetivos de um projeto de pesquisa”. O questionário foi respondido pelos coordenadores, contadores, auxiliares e técnicos que fazem parte do corpo funcional da entidade.

O questionário foi dividido em dois blocos. O Bloco A identificou características básicas dos respondentes: gênero, idade, cargo ocupado na entidade e o tempo de serviço prestado na mesma. O Bloco B foi apresentado às questões referente ao COSO II, onde foram respondidas através de “sim”, “não”. O questionário foi subdividido levando em consideração os 8 (oito) componentes do COSO II e apresentou um total de 41 questões fechadas.

Além disso, o questionário perguntou se os quesitos subdivididos em cada componente do COSO II eram identificados como prática de auditoria, que também foi respondido como “Sim” ou “Não”.

3.2 População e Amostra

Por conta da complexidade dos sistemas de controles internos nas organizações e o alcance pretendido em relação à auditoria interna, a pesquisa foi desenvolvida no estudo de uma única organização, atuante no ramo de previdência complementar fechada, situada na cidade de João Pessoa. Segundo relatório trimestral da PREVIC em junho de 2016, o estado da Paraíba possuía dois fundos de pensão atuantes, sendo um com patrocinador instituidor e o outro privado. Essa pesquisa foi realizada com o fundo de pensão que possui o patrocinador privado.

O universo dessa pesquisa conta com uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) representantes, um Conselho Deliberativo formado por 8 (oito) representantes dispostos entre Presidentes, Suplentes e Membros Titulares, um Conselho Fiscal representado por 4 (quatro) pessoas e uma equipe técnica formada por 6 (seis) representantes. A amostra desta pesquisa foi representada pelos funcionários que formam a Equipe Técnica da Entidade, que corresponde a seis funcionários, sendo 1 (um) Contador, 1 (um) Coordenador Administrativo e Financeiro, 1 (um) Coordenado de Seguridade e 3 (três) auxiliares administrativos, totalizando seis respondentes.

A pesquisa foi realizada com uma EFPC do estado da Paraíba, onde sua sede situa-se na capital do Estado, João Pessoa. A Entidade escolhida tem como patrocinador uma empresa

privada atuante no Estado. Com as respostas obtidas através do questionário buscou-se identificar quais perspectivas do COSO II estão relacionadas com as práticas de auditoria interna na EFPC.

Os dados foram tabulados e colocados de forma percentual de acordo com as respostas obtidas, onde 100% corresponde a frequência máxima, em seguida, foram elaborados tabela e quadros para demonstrar os resultados analisados. Dessa forma, foi possível identificar que, quanto mais as respostas próximas aos 100%, mais as práticas de auditoria interna estariam de acordo com a metodologia proposta pelo COSO II.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos Respondentes

Aqui se obteve as características básicas dos respondentes, como: gênero, idade, cargo exercido na entidade e tempo de serviço prestado na mesma. Essas informações estão representadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos Respondentes

Características	Descrição	Frequência	Percentual
Gênero dos respondentes	Masculino	4	67%
	Feminino	2	33%
Idade	21 a 30	3	50%
	41 a 50	1	17%
	51 a 60	2	33%
Cargo que exerce na Entidade	Auxiliar administrativo	3	50%
	Contador	1	17%
	Coordenador	2	33%
Tempo de serviço na Entidade	Menos de 1 anos	1	17%
	1 a 3 anos	1	17%
	3 a 10 anos	2	33%
	Mais de 10 anos	2	33%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Com base na Tabela 1, verificou-se que 67% dos respondentes são do gênero masculino, sendo essa maioria quando comparado ao gênero feminino que representam 33%. Quando se refere a faixa etária, as maiores porcentagens estão entre as pessoas com idade entre 21 a 30 anos, com um percentual de 50% e as com idade entre 51 a 60 anos, representados por 33% dos respondentes, ficando em menor frequência os que apresentam idade entre 41 a 50 anos com 17% dos pesquisados.

Quando se refere ao cargo exercido na entidade, em uma ordem decrescente, a maioria é formada por auxiliares administrativos representados por um total de 50%, logo após tem os que exercem os cargos de Coordenação com um total de 33%, seguido do cargo de Contador que representa 17% dos funcionários pesquisados.

Evidenciou-se que a maioria dos pesquisados, ou seja, 33% estão exercendo suas funções na entidade a mais de 10 anos, assim como os que exercem entre 3 a 10 anos. Apenas 17% encontra-se na entidade a menos de 1 anos e percentualmente igual estão os que exercem suas atividades de 1 a 3 anos. Sendo assim, conforme a análise dos dados, a maiorias dos respondentes são do sexo masculino, são jovens, com uma idade máxima de 30 anos, exercem cargo de auxiliar administrativo e estão na empresa a mais de 10 anos.

4.2 Análise das práticas de auditoria interna quanto às perspectivas do COSO II

No segundo momento, foram analisadas as respostas quanto à identificação dos componentes do COSO II nas práticas de auditoria interna. Nessa etapa, não foi obtido as respostas de 3 respondentes, ocupantes do cargo de auxiliar administrativo, pois os mesmos não detinham de conhecimento técnico suficiente para poder contribuir com as respostas. O componente Ambiente de Controle é representado como base para todos os outros componentes dos controles internos, as respostas estão dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 - Ambiente Interno

Checklist – Ambiente de Controle	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
A Entidade possui organograma com definição de funções e Descrição das competências de cada serviço?	6	100%				3	100%		
A Entidade adota a política de realizar rodízios de função?	6	100%				2	67%	1	33%
Existem políticas de ações que preveem a substituição de servidores que se aposentam ou passam em concurso, com o propósito de evitar o risco da perda do conhecimento organizacional?			6	100%		1	33%	2	67%
Existem ações para capacitação e treinamento dos servidores?			6	100%		1	33%	2	67%
Existe código formalizado de ética ou de conduta da Entidade?	6	100%				3	100%		
Existem ações de conscientização aos servidores quanto à importância dos controles internos?	6	100%				3	100%		
São realizadas reuniões frequentes entre a Direção e o corpo administrativo para solucionar problemas, acompanhar os resultados e a correção dos rumos?	6	100%				3	100%		
TOTAL		71%		29%			76%		24%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

De acordo com o Quadro 2, observa-se que quando questionados sobre políticas de ações que preveem a substituição de servidores que passem em concursos ou se aposentem e se existem ações de capacitação e treinamento, todos os respondentes discordam. Os demais itens são avaliados satisfatoriamente com um total positivo de 100% em cada.

Quando relacionado aos procedimentos de auditoria, quando questionados se a entidade adota políticas de realizar rodízios de função, 67% responderam que “sim” e 33% que “não”. Em relação ao item que pergunta se existem políticas que preveem substituição de servidores que se aposentem ou passem em concurso evitando o risco da perda do conhecimento organizacional, não foi identificado positivamente em auditoria interna, apenas 33% respondeu que “sim” e 67% respondeu que “não”. Os demais itens relacionados aos procedimentos de auditoria foram avaliados satisfatoriamente. Com base nos dados apresentados, nota-se que a entidade, com base nas respostas obtidas, possui 71% das suas

atividades realizadas conforme o componente ambiente de controle proposto pelo COSO II.

O Quadro 3 evidencia o componente Fixação dos Objetivos. Esse componente conforme o COSO (2007) diz que os objetivos devem existir antes da identificação e avaliação dos eventos de risco que podem comprometer a sua realização.

Quadro 3 - Fixação dos Objetivos

Check-List – Fixação dos Objetivos	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
Os objetivos são explícitos para todos os níveis organizacionais?	6	100%				2	67%	1	33%
Os objetivos da Entidade estão sendo cumpridos?	6	100%				3	100%	0	0%
Os objetivos e as metas da Entidade estão claramente identificados?	6	100%				3	100%	0	0%
Os possíveis riscos que afetam os objetivos são identificados?	6	100%				3	100%	0	0%
A Entidade possui processos que alinhem os objetivos com a missão, assegurando que os mesmos sejam alcançados?	6	100%				3	100%	0	0%
TOTAL		100%					93%		7%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Quanto a fixação dos objetivos, observa-se no Quadro 3 que todos os itens desse componente foram avaliados de forma satisfatória por todos os respondentes. A entidade está totalmente de acordo com esse componente. Conforme o COSO (2007) a partir do momento que se fixa objetivos nos âmbitos das organizações e de atividade, pode-se identificar fatores críticos par o seu êxito.

Em relação aos procedimentos de auditoria interna, esse componente também se apresenta de forma satisfatória. Havendo apenas a discordância de 1 respondente no item que pergunta se todos os objetivos são explícitos para todos os níveis organizacionais. Portanto, 93% dos respondentes avaliaram esse componente de forma satisfatória na auditoria interna. Os resultados obtidos para o componente Identificação dos Eventos estão representados no Quadro 4.

Quadro 4 - Identificação dos Eventos

Check-List – Identificação dos Eventos	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
São identificados os potenciais eventos que afetam a execução das estratégias ou a realização dos objetivos da Entidade?	6	100%				3	100%		
TOTAL		100%					100%		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Conforme o Quadro 4, observou-se que 100% dos procedimentos adotados pela entidade em relação a identificação dos eventos de forma eficiente estão de acordo com a metodologia COSO II, assim como a avaliação dos respondentes quanto a auditoria interna. Segundo o COSO (2007) os eventos podem provocar impactos negativos, positivos ou ambos. As empresas devem reconhecer que existe determinadas incerteza, mas não sabem quando os eventos ocorrerão e qual o impacto que irá causar, sendo necessário considerar uma faixa de eventos em potencial, onde poderá identificar os eventos com potencial negativos e os que

representam oportunidades.

O Quadro 5 apresenta os resultados do componente Avaliação dos riscos.

Quadro 5 - Avaliação dos riscos

Check-List – Avaliação dos Riscos	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
A Entidade identifica os riscos de detecção que ameacem o seu patrimônio nos principais processos operacionais? (manuais e informalizados)	6	100%				3	100%		
São estimados o potencial impacto dos riscos e a probabilidade de ocorrência deles?	6	100%				3	100%		
São respeitadas as regulamentações do ramo da atividade?	6	100%				3	100%		
A Entidade leva em consideração plenamente as diretrizes arroladas pela Previc quanto ao risco de governança, atuarial, contraparte, mercado, liquidez, operacional, TI, legal?	6	100%				3	100%		
É considerada a ocorrência de fraudes (internas e externas) nas avaliações dos riscos e áreas de elevados riscos?	5	83%	1	17%		3	100%		
TOTAL		97%		3%			100%		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Com base no Quadro 5, verificou-se no que se refere a avaliação e análise dos riscos ao patrimônio, os possíveis impactos e ocorrências deles, o respeito a regulamentação das atividades da entidade e a obediência as diretrizes da Previc, a entidade está 100% de acordo com o modelo proposto pelo COSO II. Em relação se é levada em consideração a ocorrência de fraudes nas avaliações dos riscos, com base na média, apenas 3% discordaram. Essa média é referente a um funcionário que ocupa o cargo de auxiliar administrativo a 6 meses na entidade. Ao se fazer uma leitura das respostas, constata-se que a avaliação dos riscos identificada em auditoria interna foi considerada satisfatória, apresentando uma média de afirmativas de 100% dos respondentes. O que indica um fortalecimento da auditoria interna na avaliação dos riscos da entidade.

O Quadro 6 representa os resultados obtidos em relação ao componente Resposta ao risco.

Quadro 6 - Resposta ao risco

Check-List – Resposta ao Risco	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
Os Gestores consideram os riscos adicionais que podem surgir a partir de uma tomada de decisão?	6	100%		0%		3	100%		
Em resposta ao risco, é levada em consideração uma perspectiva de toda a Entidade?	6	100%		0%		3	100%		
Na avaliação de respostas aos riscos a administração considera seus efeitos sobre a probabilidade e os impactos positivos e negativos?	6	100%		0%		3	100%		
Existem métodos que dificultem a possibilidade da Entidade ser roubada ou furtada pelos funcionários?	5	83%	1	17%		3	100%		
TOTAL		96%		4%			100%		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Conforme o Quadro 6 ficou constatado que em relação ao componente: resposta ao risco a entidade apresenta uma média igual de 96% para os procedimentos aplicados e identificados 100% em auditoria interna conforme o COSO II. Evidencia-se que 4% dizem não existir métodos que dificultem a possibilidade de a entidade ser roubada ou furtada pelos funcionários. Resposta essa, dada por um funcionário auxiliar administrativo que está a 6 meses na entidade. A ocorrência de respostas aos riscos avaliados de forma positiva como é demonstrado, deixa evidente a existência de medidas preventivas frente aos riscos.

Por seguinte, apresenta-se no Quadro 7 sobre o componente atividades de controle. Conforme o COSO (2007) as atividades de controle são políticas e procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas.

Quadro 7 - Atividades de Controle

Check-List – Atividade de Controle	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
Há atividades de controle necessárias a assegurar que estejam sendo realizadas corretamente e de maneira oportuna os eventos, processos e atividades?	6	100%		0%		3	100%		0%
Existe histórico de fraude e roubo na entidade?	3	50%	3	50%		3	100%		0%
Os registros contábeis são confrontados?	6	100%		0%		3	100%		0%
É efetuada conciliação bancária?	6	100%		0%		3	100%		0%
Há controle de entrada e saída de funcionários?	5	83%	1	17%		2	67%	1	33%
Há controle de entrada e saída de recursos financeiros?	6	100%		0%		3	100%		0%
Há senhas de acesso para o sistema eletrônico?	5	83%	1	17%		2	67%	1	33%
Existe segregação de funções nos processos da Entidade, ou seja, separação entre as funções de autorização/aprovação de operações, execução, controle e contabilização?	6	100%		0%		3	100%		0%
Existe planejamento anual das aquisições de bens e serviços devidamente discutidos, formalizado, e divulgado na Entidade?	5	83%	1	17%		3	100%		0%
TOTAL		89%		11%			93%		7%

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Constatou-se que 100% dos respondentes consideram realizados os procedimentos de atividade de controle na entidade. Quando questionados sobre o histórico de fraude e roubo na entidade, houve uma divergência de respostas. 50% responderam já haver esse histórico, enquanto os outros 50% disseram não existir. Os que disseram não existir foram os funcionários que estão a menos de 10 anos trabalhando na entidade.

Em média, 89% dos procedimentos estão de acordo com o componente: atividade de controle do COSO II e 11% não estão.

No que se refere aos procedimentos de auditoria, é identificado 93% do componente pesquisado, sendo 7% avaliado de forma negativa. Nesse quesito, 1 funcionário respondeu como não sendo processo de auditoria interna o controle de entrada e saída de funcionários, assim como a questão se existe senha de acesso aos sistemas eletrônicos.

No que se refere ao componente informação e comunicação, o modelo conceitual COSO II (2007) afirma que as informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e no prazo, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. As respostas encontram-se no Quadro 8.

Quadro 8 - Informação e Comunicação

Check-List – Informação e Comunicação	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
O fluxo de informação é adequado e eficiente na Entidade?	6	100%				3	100%		
O fluxo de informação ocorre de forma clara e precisa?	6	100%				3	100%		
O fluxo de informação está adequado aos objetivos propostos e as comunicações são tempestivas de modo que não ocorra o comprometimento das etapas subsequentes?	6	100%				3	100%		
Os dados e as informações gerados por sistema de informática são confiáveis?	6	100%				3	100%		
Existem canais abertos de comunicação de informação relevantes, que englobe todos e toda a estrutura funcional da Entidade?	6	100%				3	100%		
TOTAL		100%					100%		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Conforme o Quadro 8, na análise dos dados, percebe-se que 100% dos respondentes atribuíram “sim” para a aplicação dos itens do componente na entidade, bem como na identificação em auditoria interna. Um resultado satisfatório, pois informação é importante em todos os níveis da organização sendo pertinentes em uma ou mais categoria de objetivos.

O último item da pesquisa refere-se ao componente monitoramento, responsável por identificar as deficiências internas e repassá-las a gerência. O Conforme o COSO (2007) o alcance e a frequência das avaliações independentes dependerá basicamente de uma avaliação dos riscos e da eficácia dos procedimentos contínuos de monitoramento. As respostas coletadas estão apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Monitoramento

Checklist – Monitoramento	Sim	Freq	Não	Freq	NA	Procedimento de Auditoria			
						Sim	Freq	Não	Freq
São desempenhadas atividades contínuas de monitoramento e/ou supervisão dos processos operacionais, atividade e serviços da Entidade?	6	100%				3	100%		
Os processos de monitoramento são realizados de forma tempestiva e dinâmica para a tomada de decisão?	6	100%				3	100%		
As atividades atribuídas aos integrantes da Entidade são monitoradas de forma que seja evitado o conflito de interesses individuais?	6	100%				3	100%		
São relatadas as pessoas com condições de tomar medidas corretivas, as deficiências capazes de afetar de modo geral a Entidade?	6	100%				3	100%		
Existe uma verificação periódica dos controles internos?	6	100%				3	100%		
TOTAL		100%					100%		

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

De acordo com o Quadro 9, evidenciou-se o resultado de 100% no monitoramento. Bem como, foi identificado e avaliado na atividade de auditoria interna com 100% de identificação na entidade.

O monitoramento oferece fontes de informação sobre as deficiências no gerenciamento dos riscos, pois esse componente proporciona ideias com base nas pessoas que estão diretamente envolvidas nas atividades.

Com o objetivo de comparar os resultados obtidos em cada componente do COSO II com os procedimentos de auditoria interna, foi montado um gráfico apresentando os percentuais das aderências e divergências ao modelo conceitual.

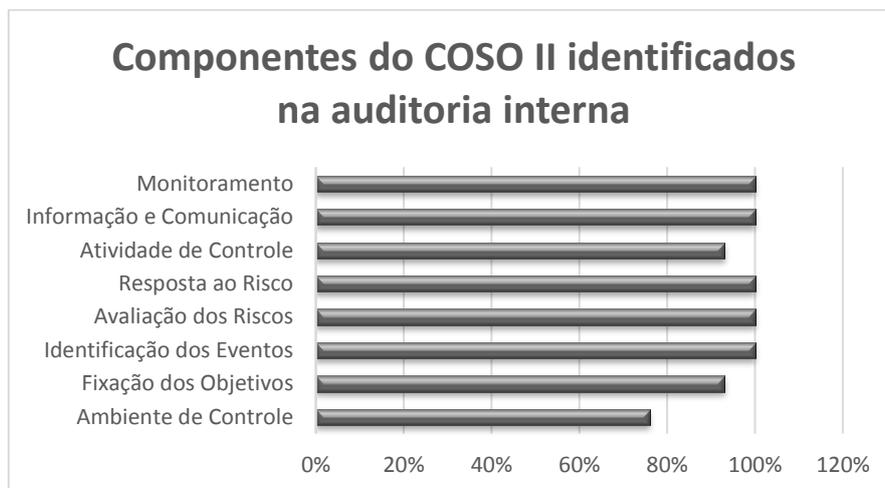


Figura 3 - Comparativo dos procedimentos de auditoria interna em relação ao COSO II

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

Com base no gráfico, evidencia-se que os 8 (oito) componentes do COSO II apresentam-se nas práticas de auditoria interna da entidade. O componente monitoramento, informação e comunicação, resposta aos riscos, avaliação dos riscos e identificação dos eventos conseguiram atingir 100% dos procedimentos. Os pontos que apresentaram situações que não conseguiram atingir os 100% foram: o ambiente de controle (76%), a fixação dos objetivos (93%), a atividades de controle (93%). A partir dos resultados obtidos constatou-se que a aderência da auditoria interna no fundo de pensão quando comparado com os procedimentos do modelo COSO II, na média percentual representou 95% de aderência.

5. CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar as práticas de auditoria interna em um fundo de pensão sob as perspectivas da metodologia COSO II. Os resultados individuais de cada componente evidenciaram que a “identificação de eventos”, “avaliação de riscos”, “resposta aos riscos”, “informação e comunicação” e “monitoramento” apresentaram resultados satisfatórios nas práticas de auditoria interna na entidade.

Por outro lado, o “ambiente de controle”, “fixação dos objetivos” e “atividade de controle” são os componentes que não apresentaram muita aderência nas práticas de auditoria interna no fundo de pensão. Dessa forma, o estudo concluiu que, existe a necessidade de melhoria nos controles, tendo em vista o ramo de atividade que a entidade atua e o controle e gerenciamento dos recursos de terceiros que são responsáveis por guardar e investir, buscando

garantir a aposentadoria dos participantes do plano.

Cabe ressaltar a observação feita por Almeida (2012), que destaca que de nada serve a implementação de um excelente sistema de controle interno sem não houver uma verificação periódica dos cumprimentos do que foi determinado no sistema pelo funcionário, ou se não deveria adaptar o sistema às novas circunstâncias, funções estas desenvolvidas pela Auditoria Interna.

A limitação do trabalho foi conseguir as respostas do questionário, tendo em vista que os funcionários necessitavam de autorização da gestão da EFPC para responder. Com base nos dados e resultados da empresa estudada, recomenda-se para trabalhos futuros comparar o estudo abrangendo mais EFPC em regiões diferentes ou na região metropolitana de João Pessoa, como também analisar os resultados em outros estados para serem feitos comparativos com os resultados obtidos no estudo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria: um curso moderno e completo*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ANGOTI, Luis Ronaldo Martins. *Gestão de risco para os fundos de pensão dos servidores públicos*. Disponível em: <<http://gama-ca.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Artigo-Riscos-e-comp.-final.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.
- ATTIE, William. *Auditoria interna*. São Paulo: Atlas, 1992.
- BARGIERI, Waldemir. *Previdência Complementar: a importância de práticas de governança voltadas para controles internos*. 2004. Disponível em:<http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_081014-103749-832.pdf>. Acesso em: 01 out. 2016.
- COSO -Committee of Sponsoring Organizations oh the Treadway Commission. *Gerenciamento de riscos corporativos - estrutura integrada*. 2.ed. 2007. Disponível em:<www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary_portuguese.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2016.
- DEUS, Luana Celina de. *Análise do gerenciamento de riscos e controle interno em um fundo de pensão à luz do modelo conceitual COSO*. 114 f. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduação em Administração, Porto Alegre, 2014. Disponível em:<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117360/000966799.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 mar. 2016.
- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. *Lei Sarbanes-Oxley – Novo Enfoque (AuditingStandart nº 5) – Inteligência em Gestão de Riscos e Auditoria Interna*. São Paulo: 2007.
- GABAS, Carlos Eduardo. *Aspectos gerais da gestão dos fundos de pensão*. 2009. Disponível em:<http://www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-054.pdf>. Acesso em: 08 out. 2016.
- MCDANIEL, Carl; GATES, Roger. *Pesquisa de marketing*. Tradução James F. Suderland Cook. São Paulo: Thomsom, 2006.
- PINHEIRO, Ricardo Pena. *A demografia dos fundos de pensão*. Brasília: Ministério da Previdência Social. Secretaria de Políticas de Previdência Social, 2007.v. 24.
- PONTUAL, Helena Daltro. *Fundos de pensão*. Disponível em:<<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/fundos-de-pensao>>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- ZANETTE, M. A.; ALBERTON, L.; NASCIMENTO, C.; SOUZA, J. V. *Gestão do ambiente interno cooperativista:um estudo baseado na metodologia COSO*. In: CONGRESSO UFSC

II SIMPCONT

Recife, 25 e 26 de agosto de 2017.

DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 2, 2008. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.